

CRISE DO CAPITALISMO, CRISE DA 'EUROPA'¹

CRISIS DEL CAPITALISMO, CRISIS EN 'EUROPA'

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra. Endereço eletrônico: anunes@fd.uc.pt.

(CONTINUAÇÃO DA EDIÇÃO ANTERIOR – REVISTA JURÍDICA 2013 – IV)

4. - Na linguagem da Geografia Física, diríamos que esta 'Europa' é uma bacia hidrográfica em que todos os rios vão ter ao mesmo lago sem saída do neoliberalismo. Esta é a *Europa* construída, em grande parte, por obra dos dirigentes socialistas e sociais-democratas europeus, quase sempre à custa de conciliábulos entre 'elites', retirando à ponderação do voto popular as opções de fundo tomadas. E é hoje inquestionável que esta 'Europa', construída sob a invocação beata do *modelo social europeu*, acabou por se transformar, para os povos europeus, num verdadeiro "cavalo de Tróia da globalização neoliberal" (Bernard Cassen). Lembrando o velho Brecht, apetece recordar que quem construiu esta *Tebas europeia* foram mesmo os *reis de Tebas*, não os *operários que constroem as cidades de todo o mundo*.

O mercado único impõe regras de concorrência comunitárias, do mesmo modo que é comunitária a política monetária, cuja definição e execução são confiadas ao Banco Central Europeu, uma *instituição federal* sem qualquer controlo por órgãos (nacionais ou comunitários) politicamente legitimados pelo sufrágio universal. No entanto, apesar da 'federalização' de políticas tão importantes, os construtores desta *Europa do capital* nem querem ouvir falar de harmonização das

¹ Este texto, com redação diferente, já teve outras vidas. É bem certo que passamos a vida a escrever as mesmas coisas e sobre as mesmas coisas, como é certo – bem o sabemos – que aquilo que escrevemos já foi escrito algum dia, às vezes por nós próprios. Nesta oportunidade, quero dedicar estas reflexões à minha Colega e minha Amiga Aldacy Rachid Coutinho, com muita "fraternura" e com muita consideração.

políticas tributária, laboral e social. Com este enquadramento e num espaço económico unificado onde coexistem níveis de desenvolvimento económico, científico, tecnológico, escolar e cultural muito diferentes, os países mais débeis (com empresários de baixa qualidade, com uma boa parte da população marcada pela iliteracia e com fraco nível de preparação profissional ²), têm enormes dificuldades em concorrer com armas iguais neste mercado único.

A solução – que agrada ao grande capital e aos eurocratas – tem sido a de recorrer à *política laboral* (facilitando os despedimentos, estimulando a precariedade do trabalho, dificultando a contratação coletiva), à *política de rendimentos*, i.é., à *política salarial*, ou, melhor, à política de *arrocho salarial* (congelando ou baixando os salários) e à *política social* (esvaziando o parco conteúdo do estado social desses países, diminuindo os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, reduzindo os encargos patronais com a segurança social, aumentando o ‘preço’ dos serviços de ensino e de saúde, diminuindo as pensões de reforma).

A esta espécie de *dumping salarial* e de *dumping social* junta-se o *dumping fiscal*, que é, para os países mais pobres, o último instrumento de ‘concorrência’, o que sacrifica a sua própria soberania nacional, por obrigar os países que querem atrair investimento estrangeiro (e até o grande investimento nacional) a não cobrar impostos sobre os rendimentos do capital. É uma situação semelhante à dos bombistas-suicidas. Porque o recurso à ‘arma tributária’ obriga estes estados a abdicar do exercício da sua própria soberania e priva-os de obter receitas que lhes possam permitir realizar os investimentos indispensáveis para levar a cabo um desenvolvimento sustentado e para promover a melhoria das condições de vida das populações (habitação social, ensino gratuito, saúde acessível a todos). E porque esses estados se condenam a si próprios a obter receitas públicas através dos impostos sobre o rendimento do trabalho e dos impostos sobre o consumo, de efeitos consabidamente regressivos em matéria de justiça fiscal. Os trabalhadores (os pobres em geral) são os sacrificados desta política.

² Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a formação profissional dos empresários portugueses é inferior à média dos empresários da UE/27 e inferior à dos trabalhadores portugueses. Entre os trabalhadores, 18% têm um curso superior, contra 9% apenas para os empresários; 81% dos empresários têm baixas qualificações (ensino básico ou secundário inferior), sendo esta percentagem de 65% para os trabalhadores (que, no entanto, estão bastante abaixo da média dos trabalhadores da UE). Cfr. *Público*, 2.4.2010.

É uma concorrência *forçada (não livre) e falseada*, alimentada também pela *política de deslocalização de empresas*. É a concorrência de que gosta o grande capital, apoiada pelas instituições e pela ordem jurídica da UE, que tolera esta concorrência dentro da eurozona, onde alguns estados-membros funcionam como verdadeiros *paraísos fiscais*.

Em meados de 2007, o Comissário Europeu responsável pelo pelouro da fiscalidade confessava a um jornal português não ser favorável à *harmonização tributária*, porque, num espaço em que vigora a livre circulação de capitais, harmonizar as taxas do imposto sobre os rendimentos do capital seria “acabar com a concorrência fiscal”, responsável, segundo ele, por “um melhor ambiente para os negócios”.³ Claro. Negócios *über alles!* Em vez da *solidariedade*, a *concorrência desleal*. Uma *zona monetária* onde se permitem estas práticas só pode ser uma armadilha para os países mais débeis.

Um exemplo particularmente elucidativo da insensibilidade do neoliberalismo dominante ao colocar as *leis do mercado aberto e de livre concorrência* acima da solidariedade interna, da coesão económica e social e dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral é a famosa *Diretiva Bolkestein* (um projeto de Diretiva apresentado, em nome da Comissão Europeia presidida por Romano Prodi, pelo comissário holandês Fritz Bolkestein).

O propósito anunciado era o de liberalizar a prestação de serviços no âmbito do mercado único europeu e de facilitar a criação de empresas de prestação de serviços em qualquer país da UE por parte de cidadãos ou sociedades comerciais de um outro estado-membro. Os serviços representam mais de 50% do PIB da União. São, pois, um mercado apetecível. Por isso a Comissão Europeia procurou impor a liberalização a qualquer preço, sem curar de estabelecer previamente uma harmonização mínima no que toca à regulamentação dessas atividades e às práticas administrativas, bem como no que se refere à legislação laboral e aos direitos sociais dos trabalhadores, aos aspetos fiscais, às exigências ambientais e de defesa dos consumidores.

Este projeto sofreu várias críticas, por tratar os serviços como se fossem mercadorias iguais a qualquer outra mercadoria e por não distinguir com clareza os serviços puramente comerciais dos serviços públicos. Mas a crítica que teve mais

³ Cfr. *Jornal de Negócios*, 14.6.07.

eco na opinião pública foi a dirigida ao *princípio do país de origem*, nos termos do qual as empresas prestadoras de serviços ficariam sujeitas à legislação e à supervisão do país de origem, mesmo quando prestassem serviços com trabalhadores deslocados do país de origem para outros países da UE.⁴

Mais uma vez, ficou claro que o objetivo da liberalização é *nivelar por baixo* no que concerne aos salários e à proteção social dos trabalhadores. Para utilizar um exemplo que veio a lume durante a campanha para o referendo sobre a 'constituição europeia', o que se pretende não é permitir ao *canalizador polaco* gozar na França (se aqui prestar serviços como assalariado de uma empresa sediada na Polónia) do mesmo estatuto dos trabalhadores franceses, mas utilizar os 'canalizadores polacos' como 'carne para canhão' para engrossar o *exército de reserva de mão-de-obra* destinado a pressionar os trabalhadores franceses a aceitar os salários e a proteção social (muito inferiores) dos trabalhadores da Polónia.

Perante o receio de que a perceção disto mesmo viesse a influenciar os votos dos franceses no sentido do NÃO à 'constituição europeia', toda a gente veio a público jurar que a *Diretiva Bolkestein* não estava incluída no texto de tal 'constituição', que o referendo era sobre a Constituição e não sobre a Diretiva, que a Diretiva tinha de ser modificada, etc. Por receio do voto popular nos referendos anunciados sobre a dita 'constituição', foi possível reunir no Parlamento Europeu a maioria de votos que acabaria por suspender o processo de aprovação da Diretiva. Mas os aspectos negativos e intoleráveis deste projeto estão inscritos no código genético dos Tratados que conformam a UE. Por isso, o Presidente da Comissão Europeia apressou-se a defender publicamente o projeto Bolkestein, prometendo voltar à carga.

Como todos concordaremos, uma comunidade identitária no plano político tem de caracterizar-se por um *elevado grau de solidariedade*, tanto no plano interno como no plano externo. E a UE está longe de corresponder a esta exigência fundamental.

⁴ É o que estão a tentar fazer, mesmo sem tal Diretiva, as empresas de aviação de baixo custo, nomeadamente as sediadas na Irlanda, procurando impor aos seus trabalhadores em outros países europeus 'contratos irlandeses', sujeitando-os aos salários, condições de trabalho e níveis de proteção social em vigor na Irlanda. Os argumentos são os do costume: a livre circulação de trabalhadores e de serviços e a liberdade de estabelecimento, princípios que o TJUE já invocara em 2008 para 'justificar' soluções deste tipo (casos *Viking* e *Laval*).

No plano externo, essa falta de solidariedade tem-se manifestado em momentos dramáticos, como foi o da invasão do Iraque, tendo sido notórias as posições extremadas entre os opositores e os apoiantes da estratégia imperial da América fundamentalista de Bush.⁵

No plano interno, o déficit de solidariedade revela-se, entre outros domínios, na incapacidade:

- a) de levar a sério o objetivo da *coesão económica e social* (a que a UE não afeta mais de 1/3 das verbas do seu orçamento, percentagem que ganha significado se lembrarmos que a PAC absorve 47%);
- b) de avançar para um mínimo de harmonização em matéria de políticas sociais (neste âmbito, as deliberações continuam a ser tomadas por unanimidade);
- c) de estabelecer um mínimo de harmonização fiscal, nomeadamente no que toca ao imposto sobre as sociedades, à tributação dos rendimentos do capital e das mais-valias;
- d) de pôr de pé uma política concertada de promoção do pleno emprego, de combate ao desemprego e de proteção social aos desempregados;
- e) de dotar a União de um orçamento capaz de efeitos redistributivos relevantes e de financiar políticas para enfrentar os efeitos dos chamados *choques externos* ou *choques assimétricos*.

Esta desvalorização da solidariedade interna está bem patente no abandono do objetivo traído da *harmonização no sentido do progresso*, indispensável para se honrar a tão proclamada solidariedade europeia e para se construir a Europa como entidade política.

Só mesmo o descaso pela solidariedade entre os povos da União justifica o tratamento dado aos doze países da Europa central e de leste recém-chegados à

⁵ Pouco antes acontecera algo de semelhante a propósito da ex-Jugoslávia, onde o conflito de interesses entre potências imperialistas europeias deu origem à 1ª GM, a *guerra que pôs fim às guerras*, como se dizia (e desejava) no fim dela. Muitos analistas atribuem à Alemanha a responsabilidade política de ter estimulado os nacionalismos na região e de ter reconhecido a independência da Croácia à margem da Comunidade Europeia e contra o que seria o consenso das restantes potências europeias. O resultado foi o que se viu: uma guerra fratricida no coração da Europa e a intervenção militar dos EUA, sob a capa da NATO, à margem do direito internacional, numa pura imposição da lei do mais forte. O ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, não escondeu aos seus concidadãos que apoiar a intervenção no Kosovo “foi uma das coisas mais difíceis da minha vida”, porque “não há guerras santas”, porque “a guerra é sempre uma coisa horrível”. Dividida, não solidária, a União Europeia não tem sido capaz de honrar plenamente uma das suas promessas originárias mais meritórias (a de evitar guerras fratricidas na Europa) e não tem sido capaz de impor aos EUA o respeito pelo direito internacional, abrindo caminho a “novos abusos, novas injustiças e novas desigualdades”. Como a realidade atual continua a evidenciar.

UE, aos quais não foram concedidos meios facilitadores da sua integração idênticos àqueles de que beneficiaram outros países (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), apesar de se apresentarem com um rendimento médio *per capita* inferior a metade do rendimento médio da UE com quinze membros.⁶

Ninguém ignora que as populações desses países já carregam pesados fardos: encargos fiscais superiores (nomeadamente por força do IVA); diminuição das prestações sociais (imposta pela mudança de sistema económico-social e pelos critérios restritivos no que concerne ao défice público); aumento dos preços dos bens essenciais (antes subsidiados), como é o caso das tarifas da eletricidade, rendas de casa, transportes, serviços públicos em geral; enorme aumento do desemprego, como consequência do desmantelamento das estruturas produtivas anteriores e da ‘flexibilização’ das leis do trabalho.

O que é certo é que, já depois dos referendos na França e na Holanda (maio e junho de 2005) que vetaram a chamada Constituição Europeia, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos no Conselho Europeu (16/17 de junho de 2005), não se entenderam sobre o quadro orçamental para o período 2007-2013. Enquanto nos países que integram a UE o orçamento nacional representa entre 40% e 60% do PIB, o orçamento da UE mantém-se à roda de 1,2% do PIB da União. As verbas previstas no II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) duplicaram relativamente à do primeiro, mas as verbas para o III QCA (2000-2006) mantiveram-se inalteradas.

Pois bem. Apesar do alargamento, os países mais ricos vêm-se recusando a aumentar o orçamento da União e os maiores contribuintes líquidos para este orçamento (a Holanda, a Suécia e a Alemanha) pretendem mesmo ver reduzida a sua contribuição financeira para a UE. Por isso mesmo, ao longo do período 2007-2013, o orçamento comunitário não vai além de 1% do PIB da União. Os pobres são em maior número (e entre os ‘pobres’ que mais recebem estão algumas regiões menos ricas dos países mais ricos...), mas o bolo não aumenta.

⁶ Quando, através do *Ato Único Europeu* (1986), se avançou para a consolidação do mercado único, a Comunidade organizou os *Fundos Estruturais* (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; FSE – Fundo Social Europeu; FEOGA – Fundo Europeu de Garantia Agrícola), complementados em 1992 pelo *Fundo de Coesão*, por entender que era necessário ajudar os estados-membros mais fracos, tendo em conta que a concorrência entre desiguais agrava, em princípio, as desigualdades existentes à partida. Idêntica lógica presidiu, após a reunificação da Alemanha, à transferência de fundos avultados do orçamento da Alemanha (além dos saídos do orçamento comunitário) para os *Länder* do leste alemão (mesmo através de ajudas concedidas ao arrepio do direito comunitário).

A verdade é esta: mesmo para os habitantes dos países com maior contribuição líquida, o orçamento da UE absorve um montante à roda de 150 euros/habitante/ano, um valor mensal (12,5 euros) que é de certeza (muito) inferior ao montante da quota mensal paga pelos sócios da generalidade dos clubes de futebol das ligas principais dos países europeus. Como se vê, vale muito pouco a solidariedade europeia.

Os países dominantes no seio da UE 'ignoram' tudo isto. A sua preocupação resume-se à maximização, em benefício das suas economias, dos ganhos de um grande mercado aberto à concorrência. A solidariedade devida aos novos países do alargamento serve apenas para compor o discurso político (ou politiquero), apesar de se saber que esses países continuam, em geral, a registar níveis de produção inferiores aos de 1989, vendo-se, por isso, condenados a recorrer a práticas equiparáveis ao *dumping salarial*, ao *dumping social*, ao *dumping fiscal* e ao *dumping ambiental* como armas de concorrência.

Quem ganha com esta situação são os senhores do grande capital, que joga com a *deslocalização de empresas* para tentar obter em outros países idênticas vantagens salariais e fiscais (áreas onde os Tratados afastam qualquer ideia de harmonização). Para poderem ser competitivos (i.é, para poderem assegurar gordíssimas taxas de lucro aos capitais estrangeiros que querem atrair), os governos desses países vão por certo condenar os seus trabalhadores a manter (ou a diminuir) os baixos níveis salariais e os baixos níveis de proteção social que hoje auferem e vão aceitar cobrar menos receitas (por abdicarem da cobrança dos impostos sobre os rendimentos do capital) em prejuízo dos investimentos para promover o desenvolvimento económico e social.

A esta luz, ganha sentido a tese dos que não entendem aquele alargamento, tão mal preparado, feito precipitadamente, ainda por cima em tempo de acentuada crise económica e social, num mundo unipolar, com a Europa cada vez mais desigual, confusa quanto aos contornos do próprio alargamento, profundamente dividida em matérias de política externa, mesmo quanto à questão-limite da guerra e da paz.

O tempo e o modo do alargamento da UE para 25 e depois para 27 membros talvez só se consigam explicar porque ele significou, verdadeiramente, a entrada no mercado único das grandes empresas dos países europeus 'dominantes' (sobretudo

das empresas alemãs), que entretanto se foram instalando nos países cuja adesão se preparava, dominando uma parte substancial das suas economias. Quer dizer: o alargamento fez-se para integrar esses interesses económicos no “grande (super)-mercado europeu pacificado”⁷, não para integrar os povos dos países em causa num espaço solidário, empenhado em ajudá-los a melhorar os seus níveis de vida e não apenas em aproveitar-se dos seus recursos naturais e, sobretudo, da sua mão-de-obra qualificada, barata e pouco reivindicativa.

O alargamento teve lugar, nas condições referidas, porque ele serve o objetivo último de tentar impor, em todo o espaço comunitário, o *nivelamento por baixo*, no que se refere ao nível dos salários, aos direitos dos trabalhadores e às prestações sociais que estes foram conquistando, a duras penas, ao longo dos duzentos anos da história do capitalismo.

Circula desde dezembro/2011 nos ‘corredores’ de Bruxelas uma proposta de Diretriz da Comissão Europeia relativa a contratos públicos que se propõe, um tanto à falsa fé, ‘legalizar’ a privatização do sistema público de Segurança Social, que se pretende sujeitar às sacrossantas regras da concorrência, transformando-o deste modo num mercado de seguros privados.

Com efeito, o art. 74º da proposta da Comissão diz que “os contratos para serviços sociais e outros serviços específicos enumerados no Anexo XVI são adjudicados em conformidade com o presente capítulo”, o capítulo que trata dos regimes específicos de contratação pública para os serviços sociais. O art. 75º determina que estes serviços serão prestados mediante concurso público, estabelecendo o art. 76º que os estados-membros “devem instituir procedimentos adequados para a adjudicação dos contratos abrangidos pelo presente capítulo, assegurando o pleno respeito dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento dos operadores económicos”.

Quem quiser saber quais os serviços que serão prestados pelos operadores económicos que ganhem os concursos realizados no pleno respeito dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento tem de ir ver ao ‘armazém de arrumações’, i.é, ao tal Anexo XVI. Este enumera os *serviços referidos no art. 74º*: serviços de saúde e serviços sociais; serviços administrativos nas áreas da

⁷ Cfr. A. LECHEVALIER/G. WASSERMAN, *ob. cit.*, 15.

educação, da saúde e da cultura; serviços relacionados com a segurança social obrigatória; serviços relacionados com as prestações sociais.

Trazendo para a luz do dia estas ‘peças’ guardadas no armazém, vemos que, na realidade, se trata de privatizar os sistemas públicos de segurança social. E de o fazer à socapa...

Em meados de 2012 começou a falar-se do orçamento comunitário para o novo período 2014-2020. Mais uma vez, a solidariedade europeia mostra o seu vazio. Os *países do norte* insistem em reduzir o orçamento ou, pelo menos, em reduzir a sua própria contribuição. No RU, os trabalhistas (junto com alguns deputados conservadores) derrotaram no Parlamento o projeto do governo conservador. Este admitia manter os valores nominais do orçamento atual e a contribuição britânica, aqueles querem diminuir um e outra.

É espantoso ver como, em geral, as pressões para enfraquecer ainda mais a já fraca força do orçamento da UE vêm dos estados-membros que mais insistem na necessidade de se avançar na *integração política europeia*, rumo a um *estado europeu*. O que prova que esta não é uma proposta séria. Se uma zona monetária não pode subsistir sem um grau elevado de solidariedade entre os seus membros, muito menos se pode conceber um estado federal sem uma fortíssima solidariedade entre os estados federados. Isto significa que não faz qualquer sentido pensar-se em *mais integração política*, em *mais Europa*, sem se avançar muito mais no *reforço da solidariedade* entre os estados-membros da UE. Enquanto a ‘Europa’ não for um espaço solidário, a proposta de *mais Europa* só pode encobrir o propósito de reforçar os mecanismos de domínio das grandes potências sobre os países mais pequenos e mais débeis, dos *países do norte* sobre os *países do sul*, dentro dos parâmetros do *imperialismo* e do *neocolonialismo*.

Nestes tempos de crise, os *donos da Europa* vêm tratando os países em dificuldade como se estes fossem criminosos. Em vez de os ajudar a recuperar as suas economias, castigam-nos com penas humilhantes e ruinosas. Basta só dizer que cobram aos países carecidos de ajuda juros mais elevados do que aqueles que o BCE cobra aos bancos privados! A Alemanha financia-se praticamente sem custos e empresta-nos dinheiro a taxas de juro agiotas. As nossas dificuldades são fonte de lucro para a Alemanha e para os especuladores que usam contra os estados-

membros mais débeis da UE os recursos comunitários que o BCE lhes dá de mão beijada.

Em tempos passados, os países credores ocupavam militarmente os devedores impossibilitados de pagar as suas dívidas e passavam a gerir as alfândegas, cobrando em seu favor os direitos alfandegários (o único imposto com receitas relevantes) até recuperarem o dinheiro que tinham emprestado. Agora, os nossos parceiros na UE fazem pior: disfarçados de *troika*, levam, a título de juros, uma fatia importante da riqueza que produzimos e dos impostos que pagamos, impõem a venda ao desbarato das empresas que constituem os alicerces da nossa soberania, destroem a economia, empobrecem os trabalhadores, humilham enquanto povo e enquanto estado soberano há quase novecentos anos. Já alguém viu tratar deste modo os estados endividados no seio dos EUA, no seio da União brasileira ou da federação alemã?

O projeto de integração europeia só faria sentido se estivesse ao serviço do desenvolvimento harmonioso de todos os povos europeus com vista á aproximação dos seus níveis de rendimento e condições de trabalho e de vida. É hoje mais claro do que nunca que não é este o *programa político* da União Europeia. Ela não é mais do que um *mercado único* para as grandes empresas dos países dominantes (as verdadeiras beneficiárias da liberdade de estabelecimento, da liberdade de circulação de mercadorias e das sacrossantas regras da concorrência *livre e não falseada*) e uma *estrutura de poder* ao serviço do capital financeiro (que tira partido da liberdade de circulação de capitais, da desregulação do mercado e da proteção do BCE), com inteiro desprezo pelos interesses e pelos direitos dos trabalhadores. Para ficarmos só pelo 'mercado', todos sabemos que não existe, no seio da UE, um verdadeiro *mercado único de trabalho*, que permita a livre mobilidade dos trabalhadores de um país para outro. A famosa proposta de *Diretiva Bolkestein* pretende que eles possam sair, mas sendo tratados como se não saíssem dos seus países de origem....

Neste quadro, a proposta de *mais Europa* não pode deixar de ser entendida como mais um passo para reforçar as relações de *colonialismo interno* dentro do espaço da União Europeia.

5. - A crise financeira, económica e social que anda à solta há mais de quatro anos veio pôr a nu a verdadeira face da *Europa neoliberal*, a *Europa do capital*, a Europa que os cidadãos europeus já recusaram: um grande mercado interno, com uma economia incapaz de crescer, um espaço sem um mínimo de solidariedade e de coesão social, sem o mínimo sentimento de pertença, um espaço em que alguns estados se assumiram como ‘donos da bola’ e têm imposto as ‘regras do jogo’, humilhando os trabalhadores europeus e tratando com laivos de superioridade rácica os ‘povos do sul’.

Na cimeira de 7/8 de maio/2010 a Alemanha persistiu em considerar a situação da Grécia como um caso isolado, explicável pela irresponsabilidade, pela preguiça e por outros vícios do povo grego, que se habituou a viver acima das suas posses. Perante as notícias, Jürgen Habermas comentou: “A prioridade das preocupações nacionais [alemãs] nunca se manifestou com tanta clareza como na resistência robusta de uma Chanceler que, antes da sua derrota desastrosa no dia 8 de maio de 2010, bloqueou durante semanas a ajuda europeia à Grécia e o mecanismo de emergência para salvar o euro”. E ‘acusou’ Merkel de não ser capaz de ultrapassar “a consideração oportunista dos joguinhos da política interna”, cedendo ao “medo das armas de destruição maciça da imprensa tablóide” (esquecendo “a força destrutiva das armas de destruição maciça dos mercados financeiros”) e “bloqueando uma ação conjunta da União que teria apoiado atempadamente a Grécia contra a especulação que visava a bancarrota do estado”. Lendo esta situação como “o fracasso de uma visão que marcou durante meio século a história do pós-guerra na Europa”, Habermas confessa: “apercebi-me, pela primeira vez, da possibilidade real de um fracasso do projeto europeu”.⁸

Mas esta crise, a sua permanência e a sua evolução, abriu também, como se vê, uma crise da ‘Europa’, da “Europa como ela é” (Jacques Chirac), uma crise deste ‘monumento’ ao neoliberalismo fundamentalista em que os cidadãos e os povos da Europa não se revêem. Uma crise cujas raízes mais próximas talvez possam ir buscar-se à criação da UEM e ao modelo que lhe foi imposto pela Alemanha.

Na verdade, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht (1992) e a criação da UEM, pode dizer-se que a ‘Europa’ passou a sofrer de outra *doença*

⁸ Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 135-140 e 153/154.

estrutural, que veio agravar, substancialmente, o *défice democrático* do processo de integração que conduziu à União Europeia.

Hoje toda a gente aceita que a criação da UEM foi, em grande parte, fruto de razões de ordem política, que anularam as razões técnicas que desaconselhavam a criação de uma zona monetária na Europa. Após a anexação da RDA pela RFA, renasceram na França os receios da ‘Grande Alemanha’, cujas armas bombardearam Paris por três vezes, entre 1870 e 1940. E a França – que não conseguiu evitar a reunificação da Alemanha, operada por Helmut Kohl numa espécie de ‘operação *overnight*’, com o apoio dos EUA e a cumplicidade de Gorbatchev – quis acreditar que a inserção mais profunda da Alemanha no ‘tecido’ europeu poderia garantir uma *Alemanha europeia*, que apagasse as lembranças da Alemanha do *Deutschland über Alles*.

Pouco depois da entrada em circulação do euro começou a ficar claro, porém, que os objetivos políticos que inspiraram a criação da UEM estavam a ser esvaziados em resultado das ‘regras’ impostas pela Alemanha à UEM: os critérios monetaristas do Tratado de Maastricht e do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o estatuto de independência do BCE e o perfil da moeda única como um verdadeiro *deutsche euro*.

A *união monetária europeia* é um espaço no seio do qual é muito reduzida a mobilidade das pessoas, um espaço que integra países com economias muito heterogéneas no que toca ao seu grau de desenvolvimento, aos níveis de remuneração e de vida e aos hábitos de consumo dos seus trabalhadores e dos seus povos. Todos sabiam, por isso mesmo, que a UEM era um projeto de difícil sustentação, por lhe faltarem as bases mínimas requeridas por uma *união monetária*. Assim sendo, o bom senso recomendava, desde o início, a adoção de medidas que ajudassem a ultrapassar as disfunções originárias se tal projeto. A primeira prioridade deveria ter sido a de trabalhar em conjunto, *solidariamente* e *em cooperação*, para atingir, no âmbito da EU, e, em particular, no âmbito da zona euro, níveis uniformes de desenvolvimento económico e social.

Ora, como é notório, as políticas adotadas ao longo dos anos têm visado exatamente o contrário e têm conseguido os seus objetivos. E a chamada *crise das dívidas soberanas* veio acelerar este processo. Desde o início, a Alemanha fez prevalecer a tese (com alguns laivos de racismo...) segundo a qual a ‘crise’ era um

problema grego, um problema resultante dos excessos, da irresponsabilidade e da incapacidade dos *povos do sul*, ignorando-se as causas da crise e a sua natureza, recusando-se a sua caracterização como uma *crise do euro*, uma *crise da UEM*, uma *crise da UE*, crise perante a qual a Alemanha teria de assumir responsabilidades e ‘sacrifícios’ correspondentes ao seu peso económico e político no seio da UE e às vantagens do referido ‘estatuto’ do *deutsche euro*.

Ao longo destes já longos anos de crise, os dirigentes dos ‘países dominantes’ têm gasto “muitas das suas energias em lutas de galos pela nomeação das figuras mais cinzentas para os seus cargos mais influentes” (Habermas); têm-se empenhado obstinadamente na tarefa de identificar os ‘pecadores’ e de os castigar exemplarmente com a aplicação de verdadeiras ‘penas infamantes’; têm adiado soluções e têm imposto outras sempre na ótica dos interesses nacionais desses países; têm destruído as economias dos países mais débeis (asfixiadas com taxas de juro agiotas, impostas pelos “mercados” ou pelo *grupo financeiro FMI-BCE-UE*, o que é a mesma coisa...), em vez de trabalharem para reforçar a *coesão social* no seio da UE e no seio de cada um dos estados-membros, no âmbito de um objetivo estratégico da convergência, a médio prazo, dos níveis de desenvolvimento económico e social no espaço comunitário. Em suma: têm feito tudo o que não deveriam fazer, tudo ao contrário do que exigiria uma Europa assente na *cooperação* entre estados-membros com estatuto de igualdade, na *participação democrática* dos cidadãos europeus na definição do seu futuro, no respeito pela *dignidade* dos povos e dos estados da Europa.

O *défice democrático procedimental* e a *doença estrutural* atrás referidos agravaram-se com a aprovação do chamado *pacto orçamental*, nos termos expostos.

A UEM significa a existência de uma *moeda única* e de uma *política monetária única* (uma *política monetária federal*). Mas não existe, no seio da eurozona, uma política fiscal minimamente harmonizada, não se assume uma dívida comunitária, uma *dívida federal*.

Acresce que a *política monetária única* (subtraída aos órgãos políticos legitimados democraticamente e entregue ao BCE, que é, de facto, um *órgão federal*) está completamente desfasada da realidade da grande maioria dos países que integram a união monetária e não tem nada que ver com a economia real. De

acordo com os seus Estatutos, o BCE não pode emprestar dinheiro aos estados-membros em dificuldade, mas pode emprestar dinheiro à banca privada, que tem recebido milhões e milhões a taxas de juro à roda de 1%, para depois emprestar aos estados a taxas de juro que já ultrapassaram 20%. É algo de esquizofrénico... Longe de corresponder ao perfil de um verdadeiro banco central, com capacidade para ajudar a resolver os problemas de financiamento dos estados-membros da zona euro, o BCE tem ajudado a consolidar a sujeição dos estados nacionais aos “mercados” (ao grande capital financeiro).

No que toca à política fiscal, em vez de uma política com um grau mínimo de harmonização (ao menos no que toca aos impostos sobre os lucros das sociedades comerciais e sobre as transações financeiras), o *dumping fiscal* é estimulado como prática de *concorrência desleal* entre estados que têm a mesma moeda. É um absurdo, mas é esta a realidade, como já fica dito atrás.

Também já se diz atrás que a UE não é um estado federal: o Parlamento Europeu não é um verdadeiro parlamento representativo da soberania popular; não há um orçamento comunitário digno desse nome; a Comissão Europeia não é um governo comunitário e não dispõe das competências nem dos meios financeiros para (e não tem a responsabilidade de) definir e aplicar políticas anti-cíclicas. No quadro da UEM, o euro é, pois, uma *moeda sem estado*, o que constitui uma dificuldade acrescida.

6. - Como em 1848, *anda um espetro pela Europa...*, o espetro da paralisia da UE enquanto entidade jurídica, política e económica.

Como se diz atrás, a atual União Europeia é fruto de uma ‘história’ de que se quiseram tirar os povos da Europa, é a concretização de um projeto que se foi desenvolvendo, até agora, “à porta fechada”, “ignorando sempre a população”. Não admira, por isso mesmo, que não haja, por parte dos povos da Europa, “a consciência de partilhar um destino europeu comum”. E compreende-se que alguém como Habermas tema que crises como a atual acentuem “a possibilidade real do fracasso do projeto europeu”.⁹

Na tentativa de evitar o “fracasso do projeto europeu” e de salvar o capitalismo, o filósofo alemão entende, à maneira de Keynes, que a única alternativa

⁹ Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 66, 136, 139, 161 e 167.

é a de “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro”, preservando o “estado de direito social e democrático”.

É um projeto de ambição limitada, embora essencial para salvar a democracia e a paz na Europa. Mas a tarefa não se afigura fácil. Na verdade, como o próprio Habermas reconhece, “o continente europeu submeteu-se ao *Consenso de Washington*”, levando a cabo políticas de “retração do estado” cujos “danos materiais e morais, sociais e culturais” a presente crise só veio acentuar. E – continuando a acompanhar Habermas – a ideologia neoliberal dominante,

Atribui uma prioridade impiedosa aos interesses dos investidores, aceita com indiferença a desigualdade social crescente, o surgimento de um grupo social em situação de precariedade, de pobreza infantil, salários baixos, etc., esvazia, com o seu delírio de privatizações, as funções fundamentais do Estado, vende o que reste de deliberação na esfera pública a investidores financeiros que maximizam os lucros, faz depender a cultura e a educação dos interesses e dos caprichos de financiadores que dependem das conjunturas económicas.

Em conformidade, as políticas neoliberais (prosseguidas por governos conservadores, socialistas, trabalhistas ou sociais-democratas) vêm insistindo, como salienta Habermas, na,

privatização do regime de pensões e dos cuidados de saúde, dos transportes públicos, do abastecimento de energia, do sistema penal, dos serviços de segurança militares, de vastos setores da educação escolar [*sic*] e universitária e da entrega da infraestrutura cultural das cidades e comunidades ao empenho e à generosidade de financiadores privados.

Apesar de “desacreditada” no plano teórico toda a construção neoliberal e apesar dos resultados calamitosos das políticas neoliberais, que a crise veio revelar e acentuar, os ‘dirigentes’ europeus não dão quaisquer sinais de pretender arrear caminho, continuando fiéis à tese de que *não há alternativa*. Ora, sendo assim, não se vê como “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro”, porque – na leitura do próprio Habermas – a ‘filosofia’ e as consequências das políticas neoliberais são “difícilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático”. A *Europa neoliberal*, a *Europa do capital* não quer um ‘capitalismo keynesiano’, antes aposta no regresso ao capitalismo selvagem do século XVIII, o capitalismo na sua essência, crente na sua eternidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É neste quadro que alguns defendem uma espécie de ‘fuga para a frente’, argumentando que o grau avançado de integração económica e (sobretudo) monetária a que se chegou não é sustentável se não se avançar para um nível correspondente de *integração política*, que abranja outras áreas para além da economia. Habermas vai ao ponto de defender que a UE se encontra numa encruzilhada entre “um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro”.¹⁰

Deixando de lado, aqui e agora, questões mais complexas que não cabem nos objetivos deste trabalho, o cerne do problema está na dificuldade em conseguir o “aprofundamento da cooperação europeia” de que fala Habermas. E sem isso não faz sentido qualquer aprofundamento da integração política na Europa. Nas condições atuais, parece óbvio que o reforço da integração política no quadro da UE só pode significar o reforço da subjugação dos estados mais fracos aos interesses das potências dominantes, instituindo na Europa uma espécie de *colonialismo interno*. Para os países mais débeis, os problemas só se agravarão, e os ‘estados colonizados’ deixarão de gerir o seu presente e de decidir sobre o seu futuro.

Todos parecem concordar que não há um *povo europeu*. Nesta “Europa com falta de definição e de limites”, a “insegurança identitária” ajuda a compreender que, para além de fatores profundos que radicam na história, o *estado-nação* constitua, para cada um dos cidadãos e para cada um dos povos da Europa, a matriz e o espaço da soberania, da liberdade e da cidadania. Compreende-se que não haja, por parte dos povos da Europa, “a consciência de partilhar um destino europeu comum”. E compreendem-se os receios de Habermas quanto à “possibilidade real do fracasso do projeto europeu”.

Neste terreno pantanoso, movediço e falso, não se vê como poderá construir-se algum edifício com um mínimo de solidez. A história da construção desta ‘Europa’ legitima todas as dúvidas e toda a desconfiança relativamente às propostas federalistas de ‘fuga para a frente’ que, mais uma vez, são ‘vedetas’ no discurso político ‘oficial’ e nos *media* dominantes (o que é preciso é *mais Europa, maior integração política*).

¹⁰ As citações de J. HABERMAS reportam-se à *ob.cit.*, 135-140, 153/154, 157 e 168/16.

Ao mesmo tempo, começa a ganhar terreno a ideia de que muitos dos problemas que nos afligem resultam de erros na construção da ‘Europa’ e na definição do seu modo de funcionamento e dos seus objetivos. Muitos sublinham a razão do antigo Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, quando, no exercício das suas funções, classificou o Pacto de Estabilidade e Crescimento (verdadeiramente, um *Pacto de Estabilidade e Estagnação*, com o definiu A. Ferreira do Amaral) como uma solução “estúpida” e “medieval”. O BCE é visto cada vez mais como uma entidade que sofre de *esquizofrenia congénita*. Gente muito diferente vem sublinhando que a criação da UEM foi uma decisão precipitada e sem bases técnicas, que pode ter conduzido ao “fracasso de uma fantasia” (P. Krugman).

Sabendo isto, seria, a nosso ver, inadmissível que se cometesse um erro ainda maior, que se embarcasse numa “fantasia” muito mais perigosa (a da federalização da Europa), na mira de resolver (ou contornar), com este salto no escuro, erros anteriores. Esta ideia de criar um estado europeu só porque já temos uma *união monetária* que precisa de um estado para sobreviver é tão absurda, tão patética e tão monstruosa como a famosa proposta de Dominique Strauss-Kahn: “Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus”.¹¹

Segundo o Sr. Strauss-Kahn, fizeram uma ‘Europa’ sem ‘europeus’. E não adianta querer agora pôr de pé esse projeto ‘desgraçado’ de *fazer europeus* só porque já existe uma ‘Europa’ que precisa de ‘europeus’. Não existindo um sentimento de pertença a uma mesma comunidade de destino, nenhum ‘rolo compressor’ pode pôr de pé um estado europeu digno deste nome. Os povos e os estados não se constroem por decreto e muito menos por vontade dos *strauss-kahn* que se julgam donos da Europa.

Pela nossa parte, diremos que, filosoficamente, não rejeitamos, em absoluto, a ideia de um *estado federal europeu*. Como condição prévia essencial, é necessário que se defina *o que é a Europa e quais as suas fronteiras*, coisa que não está feita e ninguém quer fazer. Por outro lado, o comportamento da ‘Europa’ ao longo destes anos de crise veio reforçar a nossa convicção de que a proposta de se avançar para a construção de um *estado federal europeu* não parece ser um objetivo político minimamente realista, nem chega a ser uma utopia: é uma impossibilidade, é uma quimera que nem em sonhos se concretiza. Não passa de uma pura *fuga para a*

¹¹ *Apud* J.-P. CHEVÈNEMENT, *ob. cit.*, 54 e 183.

frente, ou um salto para o lado, para não encarar e resolver os problemas que nos afligem e fugir às soluções que acautelem o nosso futuro. Num artigo recente, Serge Halimi veio defender ponto de vista idêntico ao que vimos sustentando publicamente desde 2006¹²:

No estado atual das forças políticas e sociais, uma Europa federal só poderá consolidar ainda mais os dispositivos liberais que já são asfixiantes e desapossar o povo, um pouco mais, da sua soberania, entregando o poder a opacas instâncias tecnocráticas.¹³

Parafraseando um poeta brasileiro (Álvaro Moreyra), apetece dizer que *esta Europa está toda errada. É preciso passá-la a limpo*. Para tanto, é necessário romper com os dogmas neoliberais e mudar radicalmente as estruturas em que assenta a construção europeia. E não é de esperar que os atuais dirigentes o façam. Mesmo os bem intencionados, ainda nem sequer reconheceram que a ‘Europa’ que puseram de pé *está toda errada*. E, sem esse primeiro passo, não poderão dar os passos seguintes.¹⁴

Os povos da Europa não aceitarão ser tratados como ‘povos inferiores’, condenados a ser “uma futura sub-província alemã no âmbito da ‘marca’ alemã”.¹⁵ Mais cedo ou mais tarde, hão-de recuperar a sua liberdade e a sua soberania. E então, em condições completamente diferentes, talvez pensem em construir uma Europa solidária, uma Europa para os povos europeus, assente na paz e na cooperação entre eles e com todos os povos do mundo.

¹² Cfr. *A Constituição Europeia...*, cit.

¹³ Cfr. “Onde está a esquerda?”, *cit.*, 9.

¹⁴ Seria bom que os partidos da social-democracia europeia aproveitassem as lições da presente crise para fazerem um balanço da sua reflexão e da sua atuação nas últimas décadas. Talvez chegassem à conclusão de que “perderam a alma e a coerência ideológica”, de que não passam de uma “variante social-democrata do neoliberalismo”. Talvez entendessem que o ‘blairismo’ não passa de uma “tentativa de conciliar o inconciliável e de justificar o injustificável”. Talvez viessem a admitir que a tendência dominante nos partidos que integram a Internacional Socialista é “a tendência neoliberal (...), que se traduz, basicamente, na aceitação do fundamentalismo do mercado”. Este é o diagnóstico de um socialista português, Alfredo BARROSO (*ob. cit.*). Em outubro/2011 escreveu o porta-voz do Partido Socialista francês (Benoît Hamon): “Uma parte da esquerda europeia [a social-democracia europeia], à semelhança da direita, deixou de pôr em causa que é preciso sacrificar o estado-providência para restabelecer o equilíbrio orçamental e agradar aos mercados. (...) Fomos em vários lugares do mundo um obstáculo ao progresso”. Feito o diagnóstico, acrescenta este dirigente socialista: “Não me resigno a isso”. Se esta reflexão ganhar espaço no seio da social-democracia europeia, daí resultará uma mudança na relação de forças na Europa e no mundo. É essencial que a social-democracia europeia se liberte da dependência ‘química’ do neoliberalismo e rompa com o lema thatcheriano de que *não há alternativa* ao mercado e ao capitalismo.

¹⁵ A expressão é do Gen. Loureiro dos Santos (*Público*, 19.6.2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. A Europa face à hegemonia alemã, em **Le Monde Diplomatique** (ed. port.), dez/2012.

AVELÃS NUNES, António José. **A Constituição Europeia** – A constitucionalização do neoliberalismo, Coimbra Editora – Editora Revista dos Tribunais, Coimbra e São Paulo, 2006/2007.

BARROSO, Alfredo. A crise da social-democracia europeia, em **Le Monde Diplomatique** (ed. port.), novembro/2011, 16/17.

CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre. *Pour l'Europe votez non!*, Paris, Fayard, 2005.
DURAND, Cédric e Razmig KENCHEYAN, Rumo a um cesarismo europeu, em **Le Monde Diplomatique**, ed. port., novembro/2012.

FERNANDES, Jorge Almeida – Temos razões para detestar Merkel ?, em **Público**, 11.8.2012, 22-24.

GÉNÉREUX, Jacques. **Manuel Critique du Parfait Européen**, Paris, Seuil, 2005.

GEUENS, Geoffrey. Os mercados financeiros têm rosto, em **Le Monde Diplomatique**, ed. port., maio/2012, 18/19.

HABERMAS, Jürgen. **Um Ensaio sobre a Constituição da Europa**, Lisboa, Edições 70, 2012.

HALIMI, Serge. O crime compensa, em **Le Monde Diplomatique** (ed. port.), março/2010;

_____. Onde está a esquerda?, em **Le Monde Diplomatique** (ed. port.), nº 61, novembro/2011, 1 e 9.

JENNAR, Raoul-Marc. Dois tratados para um golpe de estado europeu, em **Le Monde Diplomatique**, ed. port., junho/2012.

LECHEVALIER, A. e WASSERMANN, G. **La Constitution Européenne** – Dix Clés pour Comprendre, Paris, La Découverte, 2005.

LORDON, Frédéric. A desglobalização e os seus inimigos, em **Le Monde Diplomatique**, ed. port., agosto/2011.

WARD, Ibrahim. Tony Blair, Ltda, em **Le Monde Diplomatique** (edição brasileira), dezembro/2012.